

Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade

Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI

Giovanni Alves

O nosso objetivo é apresentar um pequeno esboço sobre as perspectivas da educação profissional diante da mundialização do capital. Ao dizermos *mundialização do capital* dizemos um processo de desenvolvimento do capitalismo mundial sob a direção hegemônica do capital financeiro e que se consolidou nos últimos vinte anos (ALVES, 2001).

Na verdade, qualquer análise dos processos societários que ocorrem em nossa época, deve ser precedida de uma apreensão *dialética* da natureza da fase histórica de desenvolvimento do capitalismo mundial. É só a partir da *totalidade concreta* do novo momento de desenvolvimento do sistema sócio-metabólico do capital que podemos apreender o significado essencial dos mais diversos processos societários, principalmente aqueles ligados às novas ideologias da educação profissional, centrada nas novas qualificações e no conceito de empregabilidade.

O capital em seu processo de expansividade global irrefreável e incontrolável aparece, mais do que nunca, sob o capitalismo global do século XXI, como uma totalidade concreta em movimento sistêmico, permeada de contradições dilacerantes, com as seguintes características essenciais:

1. Estar sob a hegemonia do *capital financeiro*, no sentido conceitual exposto por François Chesnais em seu livro “A Mundialização do Capital”, de 1994 (CHESNAIS, 1994); ou seja, um processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia de uma fração do capital – o capital financeiro no sentido de *capital especulativo-parasitário* que tende a imprimir sua marca sob as demais frações

do capital (o capital industrial e o capital comercial). O capital financeiro representa aquela fração de capitalistas que buscam valorizar o capital-dinheiro sem passar pela esfera da produção de mercadorias, permanecendo, deste modo, no interior do mercado financeiro. O desprezo pelo investimento produtivo e a busca avassaladora da rentabilidade líquida e segura são os traços principais da natureza do capital financeiro. Ele floresce nos empreendimentos com papéis (ações, moedas e títulos públicos) que se disseminaram nos últimos vinte anos. A *financeirização da riqueza* se origina, em suas determinações essenciais, tanto da busca exacerbada de valorização de uma massa de capitais-dinheiro contida em sua valorização real por uma crise estrutural de superprodução do capital e depois, por uma crise fiscal do Estado capitalista e sua busca desesperada de financiamento de seu déficit público (ALVES, 2001).

2. Ser o sistema de metabolismo social da *produção destrutiva*, isto é, ser a expressão mais desenvolvida da lei da queda tendencial da utilização dos valores de uso, do desperdício generalizado, tal como nos apresentou István Mészáros em seu livro 'Para Além do Capital', em 2002 (MÉSZÁROS, 2002).
3. Ser a expressão histórica da mais dilacerante contradição do sistema do metabolismo social do capital, ou seja, a contradição que o capital carrega irremediavelmente consigo, a contradição entre *civilização* e *barbárie*, entre o desenvolvimento das forças produtivas humano-genéricas enquanto *pressuposto negado* (mas efetivo) do processo civilizatório; e o desenvolvimento das relações sociais do capital e do capitalismo, postas como obstáculos à plena realização das possibilidades concretas de emancipação humano-genérica, pressupostas nos objetos de uso, produto do trabalho socializado e da técnica (ALVES, 2001).

É no bojo da *globalização como mundialização do capital* que se desenvolve um novo regime de acumulação flexível e com ele um complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante”, de caráter organizacional, é caracterizado por um “novo modelo produtivo”, o *toyotismo*. Tratamos do conceito de toyotismo nos livros “Trabalho e Mundialização do Capital” e “O Novo e Precário Mundo do Trabalho” (ALVES, 1999; 2000).

A ideologia orgânica do toyotismo, que se desenvolve no interior de uma III Revolução Tecnológica e Científica que atinge a produção de mercadorias, tende a se disseminar e influenciar e determinar as novas qualificações do trabalho. Portanto, num primeiro momento, nesse pequeno ensaio, iremos tentar demonstrar que as exigências de *novas qualificações* estão vinculadas à nova base técnica (e organizacional) do sistema mundial produtor de mercadorias, o toyotismo.

Finalmente, é nosso objetivo esboçar uma crítica do conceito de *empregabilidade*, salientando que, se por um lado, ele traduz a exigência das novas qualificações para o mundo do trabalho, por outro lado, tende a ocultar (e estamos diante de uma operação ideológica!) que seu substrato estrutural-organizacional, o toyotismo, possui como lógica interna a “produção enxuta” e uma dinâmica social de exclusão que perpassa o mundo do trabalho. É por pertencer à lógica estrutural da mundialização do capital - que *não* está voltada para o crescimento e políticas de pleno emprego - que o toyotismo e sua ideologia de formação profissional (a empregabilidade) tendem a *frustrar* qualquer promessa integradora do mundo do trabalho, tão comum na era do capitalismo fordista do pós-guerra.

Finalmente, salientaremos que a *promessa frustrada* de integração sistêmica, vigente no fordismo, está sendo substituída pela promessa restrita de um novo trabalhador, politécnico e liberado do taylorismo-fordismo, mais merso numa nova forma de estranhamento e de objetivações fetichistas (sendo uma delas os conceitos de empregabilidade). E a lógica contraditória do toyotismo e suas implicações objetivas e subjetivas no tocante a qualificação da força de trabalho que dá conteúdo à formação profissional e às políticas educacionais.

1. Crise Capitalista, Reestruturação Produtiva e Toyotismo

A partir da crise capitalista dos anos 70 que atinge os países industriais mais desenvolvidos, instaurou-se um novo regime de acumulação do capital, a *acumulação flexível*, que tendeu a disseminar-se pelo mundo capitalista nas décadas de 1980 e 1990 (HARVEY, 1992). O regime de acumulação flexível tendeu a satisfazer as novas exigências do capitalismo mundial, às novas condições da concorrência e de valorização do capital e ao novo patamar da luta de classes na produção.

Foi o regime de acumulação flexível que constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo “momento predominante” passou a ser o toyotismo. De início, o toyotismo passou a ser identificado com o “modelo japonês” e com o sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 70 e 80 várias técnicas de gestão foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista tendeu a assumir um valor universal para o capital em processo. O toyotismo passou a incorporar uma “nova significação” para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês.

O aspecto essencial do toyotismo é expressar através de seus *dispositivos e protocolos organizacionais (e institucionais)* – uma nova hegemonia do capital na produção como condição política (e sócio-cultural) para a retomada da acumulação capitalista, uma hegemonia do capital voltada para realizar uma nova captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital.

O toyotismo é um estágio superior de *racionalização do trabalho*, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo e fordismo (é por isso que alguns autores, como Aglieta e Palloix, o denominam de “neofordismo”). Entretanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um *salto qualitativo* na captura da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho; desenvolvendo, sob novas condições sócio-históricas (e tecnológicas), as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que diz respeito à racionalidade tecnológica. Poderíamos até afirmar que o toyotismo é um fordismo adequado à era das “novas máquinas”, da *automação flexível*, que constitui uma nova base técnica para o sistema do capital), e da *crise estrutural de superprodução* (com seus mercados restritos.

Entretanto, cabe salientar que o toyotismo é meramente uma *inovação organizacional* da produção capitalista, ainda sob a grande indústria, não representando, portanto, uma nova forma produtiva propriamente dita (o toyotismo tende a representar um *modo de transição* para uma *cooperação complexa*, uma *quarta forma* de produção de mercadoria, depois do artesanato, manufatura e grande indústria).

O toyotismo é incapaz de articular, tal como o fordismo, uma hegemonia social integradora (até porque o toyotismo não tende a compor um “modo de desenvolvimento” ou “modo de regulação”, mais amplo, de caráter social, tal como o fordismo do pós-guerra). O que demonstra que o capital em sua etapa tardia de desenvolvimento sócio-histórico mundial apresenta-se cada vez como uma “produção destrutiva”, com suas contradições candentes impossibilitando-o de desenvolver – e mesmo de apresentar – promessas civilizatórias de integração (MÉSZÁROS, 2002).

O toyotismo tende a mesclar-se, em maior ou menor proporção, com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. Por isso, tal como uma dialética integradora, que mescla o novo e o arcaico, o toyotismo aparece articulado com as formas tayloristas-fordistas restritas no processo de trabalho. Apesar disso, ele não deixa de ser o “momento predominante” do novo processo produtivo, impondo, articulando e constituindo as novas qualificações.

Na verdade, a preocupação fundamental do toyotismo é com o controle do *elemento subjetivo* no processo de produção capitalista, isto é, com a captura da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a “manipulação” do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, caracterizadas pelos princípios de “autonomação” e de “auto-ativação”, ou ainda, pelo *just-in-time/kan-ban*, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe, produção enxuta, os CCQ’s, programas de Qualidade Total, iniciativas de envolvimento do trabalhador, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (CORIAT, 1990).

O toyotismo, tal como o fordismo, opera a articulação hábil da “*força*” (destruição do sindicalismo de base territorial) com a “*persuasão*” (altos salários,

benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima). É Gramsci em seu ensaio seminal “Americanismo e Fordismo” que trata da natureza do fordismo como *sistema de vida* e não apenas como *modo de organização do trabalho*. O que implica considerar, utilizando os conceitos da Teoria da Regulação, que, se o toyotismo tende a se constituir como um momento predominante do novo regime de acumulação flexível, ainda não conseguiu se constituir como um sistema de vida, ou seja, articular um modo de desenvolvimento para o sistema sócio-metabólico do capital (o que significa que o conceito de toyotismo possui um caráter restrito, não tendo o mesmo estatuto categorial do conceito de fordismo apresentado não apenas como modelo produtivo, mas como sistema de vida e modelo de desenvolvimento).

Finalmente, é importante salientar que o toyotismo tende a se distinguir do fordismo, pois agrega novas determinações concretas, de caráter organizacional, institucional e tecnológico, que tendem a promover um *salto qualitativo* na forma de subsunção *real* do trabalho ao capital. Na verdade, tanto o fordismo quanto o toyotismo seriam formas organizacionais da grande indústria e portanto da *subsunção real do trabalho ao capital*. Só que enquanto no fordismo teríamos uma *subsunção formal-material*, no toyotismo tendemos a ter uma *subsunção formal-intelectual (ou espiritual)* do trabalho ao capital (para tal distinção vide o artigo de Ruy Fausto, “A Pós-Grande Indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”, que saiu na Revista *Lua Nova*, de novembro de 1989). Deste modo, diferentemente do fordismo, o toyotismo *reconstitui*, no interior da grande indústria, o que era fundamental na manufatura: o “*velho nexa psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho*” (Gramsci).

É por isso que o toyotismo tende a exigir, para o seu desenvolvimento como nova lógica da produção capitalista, *novas qualificações* do trabalho que articulam habilidades cognitivas e habilidades comportamentais. Tais novas qualificações tendem a serem imprescindíveis para a operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e da sua nova base técnica (a automação flexível). São elas que compõem a nova subsunção real do trabalho ao capital (subsunção formal-intelectual ou espiritual). Ao tratar da profunda mudança nas qualificações exigidas para o trabalho industrial, Ana Teixeira observou:

Essa mudança poderia ser sintetizada como perda de importância das habilidades manuais em favor das habilidades cognitivas (leitura e interpretação dos dados formalizados; lógica funcional e sistêmica; abstração; dedução estatística; expressão oral, escrita e visual) e comportamentais (responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação; capacidade para trabalho em equipe; capacidade para iniciativa e autonomia; habilidade para negociação). Essas novas qualificações poderiam ser organizadas em três grandes grupos: novos conhecimentos práticos e teóricos; capacidade de abstração, decisão e comunicação; e qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho.(TEIXEIRA, 1998)

Novas Qualificações do Trabalho

Novos conhecimentos práticos e teóricos	Capacidade de abstração, decisão e comunicação	Qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho
HABILIDADES COGNITIVAS		HABILIDADES COMPORTAMENTAIS

2. Formação profissional, novas competências e empregabilidade

É a partir de tais mutações orgânicas da produção capitalista na era da globalização que podemos compreender a constituição de um *complexo ideológico* que irá determinar as políticas de formação profissional, com seus conceitos significativos de *empregabilidade e competência*.

O que temos caracterizado como novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, promoveu mudanças estruturais no mercado de trabalho e na própria estrutura das qualificações profissionais, com rebatimentos decisivos nas políticas educacionais e demandas formuladas à escola.

O toyotismo é uma nova ideologia orgânica da produção capitalista sob a mundialização do capital, exigindo para o seu pleno desenvolvimento, uma “reforma intelectual e moral” do mundo do trabalho. Mas cabe salientar que, como ainda *não* se constituiu como um *sistema de vida* (e *modo de desenvolvimento*) do metabolismo do capital, o toyotismo tende a possuir uma hegemonia social precária. Na verdade, vivemos imersos num *elo de transição* para um novo modo de desenvolvimento do capital que ainda não se constituiu como tal e nada garante que possa se constituir (o que será determinado pela dinâmica da luta de classes).

As políticas neoliberais e o complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal, tenderam a instituir um poderoso mecanismo de produção da consciência e de um novo consentimento social às necessidades da produção orgânica do capital centradas no toyotismo, que atinge e seduz gregos e troianos, ganhadores e perdedores, incluídos e excluídos.

As novas habilidades cognitivas e comportamentais tende a ter uma significação contraditória. Por um lado elas expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, com suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsunção real do trabalho ao capital. Por outro lado, elas expressam habilidades humanas exigidas pela nova base técnica de produção do sistema orgânico do capital. É compatível com um novo sistema de máquinas complexas, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Deste modo, não deixam de possuir uma legitimidade histórico-ontológica. Portanto, além de pertencer (e ser posto) como pertencendo à nova dinâmica de exploração da força de trabalho, as novas qualificações do trabalho são exigências pressupostas de um processo civilizatório da produção social (o que cabe reconhecer o valor civilizatório das novas máquinas).

Nos interessa aqui esboçar uma crítica do *conceito de empregabilidade*, que pode ser considerado um dos eixos ideológicos da formação profissional sob o toyotismo. Ele traduz essas exigências de qualificações, mas incorpora em si, como um contrabando ideológico, a promessa, mesmo que obliterada, de uma possibilidade concreta de integração sistêmica num sistema orgânico do capital totalmente avesso à inclusão social do trabalho. O discurso da empregabilidade tende, portanto, a *ocultar* a

natureza tardia do desenvolvimento do capital, ou seja, a produção destrutiva e a exclusão social.

O conceito de empregabilidade é um dos conceitos significativos da lógica do toyotismo que determina as políticas de formação profissional. Ele tende a tornar-se um senso-comum nas ideologias de formação profissional no capitalismo global. Diz Pablo Gentili:

A empregabilidade se incorpora no senso comum como significado que contribui a estruturar, orientar e definir as opções (ou a falta de opções) dos indivíduos no campo educacional e no mercado de trabalho, tornando-se também ‘a’ referência norteadora, o ‘dever ser’ dos programas de formação profissional e, inclusive, das próprias políticas educacionais (GENTILI, 1998)

O conceito de empregabilidade representa, em si, os paradoxos do toyotismo, seja naquilo que ele representa de uma nova “verdade tecnológica” (Marcuse), com suas exigências de novas qualificações para o mundo do trabalho assalariado, seja naquilo que ele representa de uma incapacidade em realizar uma hegemonia social ampla (a crise da promessa integradora) (MARCUSE, 1995).

O conceito de empregabilidade opera com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da “produção enxuta” (uma das características do toyotismo), totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. É por isso que a mundialização do capital tende a disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional, o conceito de empregabilidade, que aparece, com relativo consenso, seja entre as administrações neoliberais e seus opositores sociais-democratas, como um requisito básico para superar a crise do desemprego.

Ora, é bastante irônico, para não dizer trágico, que um sistema mundial de produção de mercadorias que aboliu a sua capacidade de integrar todos à vida produtiva e que torna cada vez mais explícito o seu caráter de produção destrutiva, procure legitimar suas políticas de administração da crise social no mundo do trabalho através do conceito que supõe ainda a capacidade de ser “empregável” num mundo caracterizado pelo “horror econômico” (FORRESTER, 1991).

A mundialização do capital, sob a predominância da lógica da financeirização, tendeu a implodir a capacidade integradora do sistema orgânico do capital, uma integração relativa que permitiu a uma contingente significativo de indivíduos o acesso a vida civil, política, cultural e econômica. Criou-se nessa ‘idade de ouro’ do capitalismo moderno do pós II Guerra Mundial, uma perspectiva de integração dos indivíduos ao mercado, capaz de recriar nas condições de uma mercantilização universal, um espírito de comunidade à sombra da burocracia pública (o Estado-providência ou de Bem-Estar Social), modelo de emancipação humana possível para a social-democracia ocidental do pós-guerra. Nessa época, predominaram as políticas keynesianas de bem-estar social e o pleno emprego como prioridades das gestões macroeconômicas no centro capitalista.

Foi a promessa de integração sistêmica, desenvolvida sob o capitalismo do pós-guerra que engendrou a idéia de modernização e de construção da escola pública como instância educativa das massas. A escola de massas tornou-se uma instituição central na criação de condições que deveriam permitir a integração plena dos indivíduos à cidadania. Sedimentou-se a função simbólica da escola e da própria formação profissional para o mundo do trabalho. Criou-se, a partir da promessa da modernização, um senso comum que articulava trabalho, educação, emprego e individualidade. A escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva.

É nessa época que se construiu a *teoria do capital humano* para legitimar a promessa integradora do sistema orgânico do capital. Sua concepção individualista admitia que, de posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais, o indivíduo estaria habilitado para a competição pelos empregos disponíveis (a educação era vista como um investimento em capital humano individual) (BATISTA, 2002).

Só que com a crise do capitalismo nos anos 70 e o desenvolvimento da mundialização do capital, com sua política neoliberal e o complexo de reestruturação produtiva, ocorre uma alteração significativa na dinâmica do desenvolvimento capitalista. A falência das políticas keynesianas de bem-estar social e a hegemonia das políticas neoliberais expressavam mudanças orgânicas na produção e reprodução do capital. A instauração de um regime de acumulação flexível capaz de contribuir para

uma retomada dos patamares de acumulação de riqueza abstrata iriam colocar em crise a promessa de integração e explicitar que o desenvolvimento do capitalismo tende a exigir uma “produção enxuta” de mercadorias e uma exacerbação do controle e manipulação do elemento subjetivo do trabalho.

Essa nova lógica da mundialização do capital significaria não o abandono da teoria do capital humano, que se disseminou na “época de ouro” do capitalismo, tendo em vista que sua concepção individualista ainda é adequada à hegemonia neoliberal, mas uma nova tradução da teoria do capital humano. É o conceito de empregabilidade que irá apresentar a *nova tradução da teoria do capital humano* sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho.

Entretanto, o aparato midiático salienta à exaustão é a necessidade dos indivíduos *consumirem* um conjunto de novas competências através de cursos de requalificação profissional. Na verdade, o que ocorre é uma operação ideológica sutil de atribuir ao indivíduo, e apenas a ele, o possível fracasso na sua inserção profissional (demonstrando o poderoso recurso da psicologia do neoliberalismo de “culpabilizar” as vítimas).

3. O capital como “contradição viva”

O que queremos salientar é o seguinte: é verdade que o complexo de reestruturação produtiva e o toyotismo impõe um novo perfil de qualificação no mundo do trabalho. Ela tende a legitimar a própria transformação educacional que está ocorrendo no mundo capitalista. Só que, ao mesmo tempo, a mundialização do capital impõe uma lógica de exclusão que tende a limitar a capacidade do sistema de produção de mercadorias integrar os indivíduos numa vida produtiva. É um *limite estrutural* intrínseco à nova forma de acumulação capitalista. Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorve-los. O mercado não é para todos.

O discurso ideológico da empregabilidade nos apresenta uma “verdade crítica” (utilizando uma expressão de Marcuse), ou seja, uma *promessa* humano-genérica, e ao mesmo tempo, sua irremediável *frustração*. É uma operação ideológica típica do metabolismo social do capital. A nova base técnica do capitalismo mundial coloca cada vez mais a possibilidade de desenvolvimento de uma *politecnia* e de um perfil omnilateral de indivíduo produtivo. O capital conseguiu frustrar (e implodir) a promessa de integração sistêmica dos indivíduos à vida moderna (a economia capitalista demonstrou que é capaz de crescer – e muito – excluindo homens e mulheres), só que, sob o toyotismo e a pós-grande indústria, ele nos apresenta a promessa (e *apenas* a promessa) da politecnia, da emancipação do homem do trabalho árduo e monótono.

As novas qualificações nos apresentam a *promessa* de um novo trabalhador. É expressão da globalização como processo humano-genérico, que tratamos em nosso livro ‘Dimensões da Globalização’(ALVES, 2001). Só que é tão-somente uma *promessa*, tal como a promessa da integração sistêmica no capitalismo do pós-guerra, que tende a tornar-se incapaz de ser realizada, e principalmente ampliada, em virtude da própria lógica destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2002). Na verdade, a *politecnia interverte-se em polivalencia* (o que tende a ocorrer no toyotismo). Novas habilidades cognitivas e comportamentais exigidas pelo toyotismo apenas repõem o *estranhamento* e a alienação humano-genérica. O trabalho árduo não é abolido. Pelo contrário, surgem novas formas de intensificação de trabalho com impactos perversos na estrutura psíquica (e mental) de homens e mulheres trabalhadoras, como demonstram as novas empresas toyotizadas. É interessante constatar que o desenvolvimento do toyotismo, com suas novas habilidades cognitivas e comportamentais, tende a contribuir para a disseminação de uma nova psicopatologia do trabalho, com o crescimento de doenças psicossomáticas ou ainda, “doenças da alma”, expressão de uma subjetividade (que não pode ser desvinculado da corporalidade) *visada* pelo capital. Por isso, surgem novas formas de alienações como *estranhamento* e *fetichismo*, muito mais sutis e internalizadas.

É importante observar que, sob o metabolismo do capital, as novas qualificações não são propriamente atributos do “trabalho vivo”, mas são *objetivações imateriais* do “trabalho morto”, do capital que se impõe a homens e mulheres

trabalhadores (o capital representa o *poder social estranhado*) (MARX e ENGELS, 1985) Portanto, a rigor, as habilidades cognitivas e comportamentais não pertencem ao trabalho, apesar dele as possuir (como *efetividade espectral*), mas pertence ao mundo do capital, o *capital social total*, que as apresenta como necessidades íntimas de sua própria produção e reprodução material. Elas tendem a perpetuar a existência do indivíduo como *instrumentalidade*, “que pode ser substituída a qualquer momento por outra instrumentalidade do mesmo tipo” (MARCUSE, 1995).

Mas salientemos, mais uma vez, o capital como “contradição viva”, ou seja, por um lado, expressa, *em si*, o poder social desenvolvido do ser humano-genérico, mas, por outro lado, é a representação perversa (e invertida) do estranhamento incontrolável e expansivo dos produtores diante de seu próprio poder social. Deste modo, as objetivações sociais (e coletivas), inclusive uma *objetivação intangível* como as novas qualificações/habilidades da força de trabalho, que surgem no interior do sistema sócio-metabólico do capital tendem a assumir *formas fetichistas*, que se impõem a todos, frustrando suas expectativas.

O fetichismo da mercadoria é um modo de representação ideológica que *inverte e oculta* a natureza da mercadoria como produto do trabalho social. Em última instância decorre da perda de controle social. Por isso, na perspectiva clássica de Marx, o socialismo é, por princípio, a re-apropriação do controle social da produção, o autogoverno dos produtores, capaz de abolir o *fetichismo* em suas múltiplas formas sociais. Deste modo, as novas habilidades cognitivas e comportamentais, as novas qualificações do trabalho serão apropriadas pelo ser humano-genérico, desenvolvendo atividades omnilaterais e deixarão de ser um fetiche do capital.

A ampliação das novas qualificações, através da extensão massiva da formação profissional, ao invés de garantir emprego a todos, apenas tende, por um lado, a criar, para o capital, a possibilidade de afirmar (e perpetuar) a existência de homens e mulheres como *instrumentalidade para si* (uma lógica do treinamento profissional intrínseco não apenas ao toyotismo, mas ao fordismo). Por outro lado, tende a explicitar, de modo candente, as contradições do sistema sócio-metabólico do capital.

Bibliografia

ALVES, Giovanni (1999). *Trabalho e mundialização do capital – a nova degradação do trabalho no capitalismo global*, Editora Parxis, Londrina.

_____ (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*, Editora Boitempo, São Paulo.

_____ (2001). *Dimensões da globalização – o capital e suas contradições*, Editora Práxis, Londrina.

ANTUNES, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho*, Editora Boitempo, São Paulo.

BATISTA, Roberto Leme (2002), *Educação e trabalho na década neoliberal – uma análise crítica do PLANFOR*, dissertação de mestrado, FFC/UNESP-Campus de Marília, São Paulo.

CORIAT, Benjamin (1989). *Pensar pelo avesso*, Editora Revan, Rio de Janeiro.

FORRESTER, Vivianne. *O horror econômico*, 1995, Editora da UNESP, São Paulo.

GRAMSCI, Antonio (1974). *Americanismo e fordismo*, *Obras Escolhidas*, v.2, Estampo, Lisboa

GENTILI, Pablo (1998), “O conceito de empregabilidade”, Avaliação do PLANFOR, s/d.

HARVEY, David (1992), *Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, Edições Loyola, São Paulo.

MARCUSE, Herbert (1998). *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*”, In KELLNER, Douglas (editor), *Tecnologia, guerra e fascismo*, Editora da UNESP, São Paulo.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1985). *A Ideologia Alemã (Ad Feuerbach)*, Editora Hucitec, São Paulo.

MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital*, Editora Boitempo, São Paulo.

RET - Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.or

TEIXEIRA, Ana (1998), Trabalho, tecnologia e educação – algumas considerações, *Revista Trabalho e Educação*, UFMG/NET, Belo Horizonte, 1998.